

Comitê de Governança Institucional (CGI)
1ª reunião extraordinária de 2020

1ª parte 22/05/2020 – 14:00 – via Teams

2ª parte 12/06/2020 – 16:00 - via Teams

Participantes

Secretário Especial da RFB – José Barroso Tostes Neto

Subsecretário-Geral – Decio Rui Pialarissi

Suara – Frederico Igor Leite Faber

Sufis – Jonathan José Formiga Oliveira

Sutri – Sandro de Vargas Serpa

Suana – Fausto Vieira Coutinho

Sucor – Moacyr Mondardo Junior

Secretaria Executiva do CGI – Copav (Jaime David Durra, Marina Rocha Meire e Lucas Gomes Palhares)

A reunião foi iniciada às 14:10 pelo Secretário Especial explicando o objetivo da reunião: discutir a própria existência do comitê, sua composição, suas competências, sua forma de atuação e a relação com os demais comitês.

O Sr. Jaime realizou apresentação de contextualização do tema. Tratou do conceito de governança dado pelo referencial básico de governança do TCU e pelo guia de governança pública. Explicou sobre o Decreto nº 9.203/2017 e citou as portarias de criação do Comitê de Governança no MF (alterada posteriormente para o ME) e na RFB.

O Subsecretário-Geral questionou o Sr. Jaime sobre o art. 20 do Decreto nº 9.203/2017, que determina que a CGU deveria regulamentar o assunto.

O Sr. Jaime falou sobre as reuniões passadas do Comitê, comentando sobre os assuntos mais tratados. O Sr. Frederico fez esclarecimentos sobre as Iniciativas Institucionais de Acompanhamento Diferenciado (IIAD).

Passou-se, então, para a discussão de cada um dos pontos relativos ao Comitê, iniciando com sua composição e competência.

O Sr. Jaime explicou a forma de atuação definida até o momento. As Subsecretarias são responsáveis pela Governança, enquanto que as Coordenações-Gerais e as Superintendências, pela gestão. Os

comitês temáticos possuem representantes das Superintendências. Questionamento se seria o caso de haver, também, representantes no CGI.

O Sr. Decio falou sobre a necessidade de se ouvir mais, que a decisão não pode ficar restrita aos Subsecretários. Sugeriu a ampliação do comitê com a participação dos Superintendentes.

O Secretário Tostes falou de sua participação nas reuniões do Comitê de Governança do ME. Foram duas reuniões, uma no final do ano passado e outra no primeiro trimestre desse ano.

O Sr. Frederico explicou que houve diretriz do Secretário Cintra, à época, da não inclusão das Superintendências. Segundo ele, havia 10 regiões diferentes, mas faltava uma governança central. O Sr. Frederico falou que o comitê deve ser decisório, as discussões ouvindo maior número de pessoas devem ser prévias. Disse ser favorável à inclusão de todos os Superintendentes no Comitê.

O Sr. Sandro alegou que o Comitê ficaria muito grande com todos os Superintendentes. Gosta do modelo dos comitês que tem 3, 4, ou 5 representantes das regiões fiscais. A participação poderia ser rotativa em conjunto com os demais comitês existentes.

O Sr. Fausto propôs 2 comitês, um regional e outro nacional. Dois representantes regionais com assento no Comitê Nacional.

O Sr. Jonathan disse preferir 5 Superintendentes representando cada região do país, em sistema rotativo.

O Sr. Moacyr disse que deveriam ser todos os 10 Superintendentes e que a reunião poderia ser a conclusão da RAE.

O Secretário Especial disse que o CGI é um comitê de deliberação, o que não impede que aquilo que seja encaminhado tenha sido exaustivamente debatido com toda a organização. Nesse formato de um comitê de deliberação estratégica, não é produtivo um número grande de integrantes. Por outro lado, deveria haver representantes de todos os níveis organizacionais. São 7 membros hoje. Deveriam ser agregados mais 3 membros: 1 representante dos 10 Superintendentes; 1 representante dos Delegados; 1 representante dos Agentes. Oportunidade de todos os níveis da organização estarem representados no comitê.

O Sr. Frederico ponderou que Agente e Delegado, preferencialmente, não deveriam ser da mesma região do Superintendente. Assim estariam dando representatividade para todas as regiões.

Sr. Jonathan concordou com a ideia dos representantes hierárquicos. Seria possível abrir até mais 7 vagas, com voto de desempate do Secretário Especial.

O Subsecretário-Geral disse que pelo menos 5 Superintendentes deveriam participar. Quando se traz algum Superintendente de uma região para participação, pode acontecer de que ele não conheça a

realidade de outras Superintendências. Não é o número de pessoas na reunião que pode tornar as decisões mais difíceis ou demorar muito. Depende de gerenciar a reunião.

O Sr. Sandro concordou com a inclusão de 5 Superintendentes. Seria um equilíbrio em relação ao órgão central. Delegado e agente é uma boa sugestão. Alterar também os demais comitês.

O Sr. Frederico também concordou que 5 SRRF é bem razoável também.

O Sr. Fausto acha que se houver 3 ou 5 SRRFs não haverá motivação para as discussões ocorram exaustivamente nas 10 regiões.

O Secretário Tostes lembrou o funcionamento dos outros três comitês. Não acha razoável um comitê deliberativo com mais de 20 pessoas.

O Sr. Jaime ponderou que se um Superintendente não representa efetivamente outras regiões que não são a dele, também isso acontecerá com Delegados e Agentes. Outro ponto, nem todos os assuntos são adequados a uma discussão no Comitê. Discussões têm que acontecer antes. O CIG é deliberativo.

O Sr. Sandro sugeriu o modelo do Comitê de TI, onde várias pessoas participam, mas a votação é delimitada para os que tem mais responsabilidade pelo tema.

O Sr. Frederico concorda em serem 5 Superintendentes, em especial pela paridade. Acha sensível Delegado e Agente comporem o comitê. A forma de eleger Delegado e Agente pode ser de difícil decisão.

Com o pouco tempo disponível restante, Secretário Tostes solicitou que cada Subsecretário encaminhe ao Sr. Jaime manifestação sobre os pontos a serem deliberados: composição, competências e forma de atuação do CGI, além da relação com os demais comitês.

A reunião foi suspensa as 15:10 e sua continuação deverá ser agendada.

Reunião reiniciada no dia 12/06, 16hrs, com o Secretário Especial solicitando a apresentação das sugestões dos Subsecretários.

O Sr. Jaime iniciou a apresentação das sugestões encaminhadas pelos membros do comitê, conforme documento enviado por e-mail.

O Sr. Decio ponderou que os membros do comitê devem ter uma visão nacional ou regional abrangente da Receita Federal, e por isso não é a favor da inclusão de outras Coordenações-Gerais mesmo que vinculadas ao Gabinete. Não avalia que existam dificuldades em coordenar um comitê com 17 membros. A representatividade deve ser garantida com convites a qualquer momento para Delegados e Agentes participarem das reuniões, mesmo que sem direito a voto. Tendo em vista o critério de ter uma visão mais genérica, avalia que Diretores de Programa, por terem visão mais

específica, não devem compor o comitê. Reafirma a proposta de manter os 10 Superintendentes e os 5 Subsecretários convidando Delegados e Agentes para participar.

Os Secretário Tostes e o Sr. Frederico também ponderaram que outras Coordenações-Gerais não deveriam participar do Comitê, e que também entendiam que a participação de apenas um Delegado e um Agente não seria pertinente.

O Sr. Jaime também não vê problema em ter os 10 Superintendentes. Facilita o fluxo de informações. A Reunião Ordinária do Comitê poderia ser uma sequência da RAE, até porque teremos que analisar os resultados trimestrais no CGI. O Sr. Jaime pediu atenção para o fato de 10 Superintendentes poderem decidir sozinhos, dado que o órgão central teria 7 votos. Tratou da possibilidade dos votos não serem paritários.

O Secretário Tostes sugeriu a paridade entre o total de votos dos Subsecretários e de todos os Superintendentes. Subsecretário-geral e Secretário Especial votam apenas para desempate.

O Sr. Frederico sugeriu que Secretário Especial e o Subsecretário-Geral teriam poder de veto. Além disso, são voto de Minerva.

Ficou definido que na composição do comitê será incluída a participação dos 10 Superintendentes. As votações terão o mesmo peso entre órgãos centrais e regionais. Para isso, o voto de cada Subsecretário terá peso 2 e o de cada Superintendente, peso 1. Secretário Especial e Subsecretário-Geral votam apenas quando for necessário o desempate, mas ficam com o direito a veto.

O Sr. Frederico sugeriu que o Secretário Especial poderia retirar um assunto de pauta ao invés de exercer o direito a veto.

Passou-se, então, para a discussão sobre as competências do Comitê. O Sr. Jaime falou sobre a dúvida em relação aos assuntos que devem ser tratados no comitê. Existem algumas questões mais fáceis, como aprovação de uma política de gestão de riscos ou do plano de integridade, mas, em alguns casos, não há clareza se a decisão é do Secretário Especial ou se deve ser levada ao CGI. Deu como exemplo um tema recente sobre a possibilidade de chefes de equipes estarem fisicamente em outra unidade. A decisão poderia ser do Secretário Especial, mas também o tema poderia ser levado ao CGI e até mesmo ao Comitê de Gestão de Pessoas. O Sr. Jaime sugeriu manter as competências atuais do CGI, que são genéricas e podem englobar praticamente qualquer assunto, e que a pauta das reuniões

deve ser tratada com antecedência com o Secretário Especial para que ele se posicione em relação ao que deve ir, ou não, para o CGI.

O Sr. Secretário Especial concordou, indicando que as competências devem ter uma descrição mais abrangente e o Secretário Especial define pontualmente a pauta.

Ficou definido que não haverá alteração nas competências do CGI.

O próximo ponto tratado foi a forma e periodicidade das reuniões. O Sr. Jaime explicou que a portaria não define a periodicidade, mas que a primeira reunião do CGI a definiu como trimestral. O Sr. Jaime sugeriu colocar essa definição na portaria.

Em relação à forma, O Sr. Jaime explicou que a portaria indica que as reuniões devem preferencialmente ser realizadas em Brasília, mas não há impedimento que sejam por vídeo.

Ficou definido que a periodicidade das reuniões ordinárias será trimestral e que essa informação constará da portaria.

Passou-se ao ponto sobre divulgação das atas das reuniões. O Sr. Jaime falou sobre a falta de detalhamento existente nas atas passadas e que todos concordavam que era necessária a inclusão de mais informações nas atas.

O Sr. Sandro demonstrou preocupação quanto ao fato de sempre se dar ampla publicidade, pois alguns assuntos sigilosos ou sensíveis poderiam ser tratados.

O Sr. Tostes falou que nenhum assunto deixará de ser divulgado, somente o grau de detalhamento é que merecerá atenção. O Sr. Jaime falou que as atas serão passadas para avaliação dos membros antes de serem divulgadas, e ajustes podem ser realizados para retirar alguma informação sensível.

Ficou definido que as atas serão mais detalhadas, mas com o devido cuidado em relação a assuntos sensíveis e sigilosos.

Como encaminhamentos, a Copav irá elaborar nova proposta de portaria e a encaminhará para os membros do Comitê.

A Copav também solicitará agendamento de nova reunião do Comitê, já no novo formato, para tratar da deliberação sobre as diretrizes da formulação do novo planejamento estratégico.

A reunião foi encerrada pelo Secretário Especial as 16h45.